

O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTICULAÇÃO PARA O (RE)FAZER CONCEITUAL NO ENSINO MÉDIO.

Aluno: Robson Lima Alves da Silva
Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução:

A análise a ser abordada nesta pesquisa terá como enfoque o conceito de território, sendo este conceito de fundamental importância para o ensino de geografia na sala de aula, sendo abordado muitas vezes de maneira tão superficial que acarreta em uma brusca desconexão do que realmente seja este conceito para esses alunos. Sendo estes atores principais no processo ensino aprendizagem deve-se haver uma busca pela compreensão do conceito para possíveis relações em suas práticas cotidianas. Entender a abordagem científica do conceito geográfico de território compreendendo como, efetivamente, ocorre a transposição desse conceito em sala de aula, além de não separá-lo de outros conceitos que podemos considerar estruturantes em Geografia, são alguns dos vieses apontados nesse trabalho. As mais variadas relações deste conceito com os demais (espaço, região, escala, paisagem e lugar), é outro fator de extrema importância no âmbito do ensino de geografia, pois a busca constante por essas relações propiciarão um maior entendimento dos conteúdos geográficos abordados em sala de aula atualmente.

Objetivos:

A base fundamental deste trabalho estrutura-se na tentativa de relacionar o ensino de Geografia com a necessidade de uma compreensão mais objetiva e sistemática dos conceitos que considero estruturantes em tal ciência. Partirei de conceitualizações de alguns teóricos que trabalham com tais temáticas, para que daí se possa construir um embasamento referencial que expresse possibilidades analíticas da Geografia, entre elas a relativa ao ensino de Geografia no nível básico.

A Geografia como ciência tem como suporte uma série de conceitos que, por vezes, são considerados como equivalentes, problemática esta, vista, por exemplo, no uso do conceito de espaço geográfico como equivalente ao de paisagem, entre outros equiparações. Entretanto é perceptível que os conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, por conseqüência, as possibilidades de se trabalhar com tais conceitos nas salas de aula do ensino básico tornam-se bem mais complexas.

Optou-se por trabalhar nesta pesquisa com o conceito de território. Outros conceitos poderiam ser também trabalhados, a exemplo do conceito de região, espaço geográfico, escala, paisagem e lugar, porém a escolha deste foi feita em razão de preocupações no âmbito da temática com a qual temos trabalhado, o ensino de geografia no ensino médio.

Partindo destas considerações iniciais, passemos aos conceitos. Considerando o que foi apresentado, é notadamente perceptível que o campo de atuação da Geografia está embasado pelo conceito de espaço geográfico. Sendo este, o conceito mais abrangente de todos e conseqüentemente o mais abstrato.

Ao nos remetermos a história da Geografia, será notória as várias concepções de espaço geográfico, todavia, não nos interessa nesse trabalho fazer uma análise geohistórica dos conceitos. Tomemos como ponto de partida a conceituação expressa por Milton Santos (1997) no qual o espaço geográfico constitui "um sistema de objetos e um sistema de ações" que segundo ele é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

A construção do conceito de espaço geográfico por Milton Santos implica cogitarmos outras duas categorias: tempo e espaço. Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas, reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente. É o que Santos denomina de uma nova concepção de tempo-espaço indissociável.

O espaço geográfico tornar-se-á, por sua vez, a categoria central para a Ciência geográfica tornando-se várias vezes confundido como objeto próprio da Geografia. Milton Santos (1997) vai se referir a espaço-tempo como categorias indissociáveis, nos permitindo uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos (o que ele chama de acumulação de tempos desiguais). Demonstrando assim que em um mesmo espaço estão presentes tempos distintos, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial, e com isso haverá diferentes ritmos e coexistências nos lugares.

Na busca da geografia pela compreensão do espaço produzido pela sociedade, com suas tensões, desigualdades e contradições, é necessário as implicações de um ensino integrado com a realidade vivida, um ensino que possa oferecer análises críticas na construção do conhecimento por esses alunos.

Buscou-se entender outra característica do ensino que é o seu viés social, onde esses alunos como cidadãos serão influenciados a pensar criticamente diante das dificuldades e desafios reais impostos pela sociedade.

Desenvolvimento:

Para a análise que se pretende essa pesquisa, o enfoque no conceito de território se deu devido a uma maior clareza na compreensão¹, fato este de considerável importância quando o público alvo é composto por alunos do nível médio de ensino e em sua grande maioria não irão cursar Geografia na graduação. Devido à multiplicidade de usos do território, e sua intrínseca relação com conceitos como os de espaço geográfico, região etc.

Com isto, a busca por diferentes abordagens e concepções do conceito de território em geografia, são de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Nessa busca por abordagens territoriais, devemos inicialmente relacionar uma outra característica que esta intimamente relacionada a este conceito, que são as relações de poder, que podem ser materiais e imateriais tanto geopolíticas, como econômicas e culturais.

E como afirma Saquet (2007) essas relações de poder estão presentes nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, nas igrejas, enfim em nosso cotidiano. Onde tais relações são vividas, sentidas e, às vezes, percebidas e compreendidas diferentemente, clarificando bem o que pode-se entender das

¹ Quando declaro "... maior clareza na compreensão" associo a grande dificuldade de se trabalhar conceitos relacionados ao ensino de Geografia, devida a grande abstração que envolve tais temáticas, principalmente se o foco do trabalho é na educação básica.

dinâmicas territoriais e das territorialidades, onde estas podem ser vividas, percebidas e compreendidas de forma distintas.

Na abordagem de Souza (2001), o território é político e cultural, visto que, este autor identifica nos espaços geográficos, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios a partir de conflitos gerados, dentre outros fatores, pelas diferenças culturais.

Souza considera importante a compreensão das relações de poder, além das relações com os recursos naturais e de produção ou as ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço. Contudo é extremamente relevante a compreensão da dinâmica existente entre quem domina ou/e influencia e como domina e/ou influencia esse espaço. Souza chama atenção a ideia de poder-território-autonomia, não reduzido apenas ao viés estatal, mas relacionando à constituição de grupos determinantes na configuração e delimitação de territórios, como por exemplo, os territórios da prostituição, (Mattos & Ribeiro, 1994 apud Souza in Castro, 2001) e a territorialidade pentecostal, (Machado, 1992 apud Souza in Castro, 2001).

Tanto no território da prostituição como em territórios do tráfico de drogas, pode haver territórios tanto amigos, quanto inimigos, sendo possível e ocorre na maioria dos casos, a presença de conflitos e disputas. Toda essa organização é paralela ao Estado e este não participa da configuração da territorialidade desses grupos devido à ilegalidade que lhe é peculiar (SOUZA in: CASTRO, 2001).

Todo esse dinamismo territorial caracteriza-nos como pertencentes a um determinado espaço que nos identifica socialmente, remetendo-nos a ideia de pertencimento. Desta forma o espaço remete-nos ao entendimento de “espaço de identidade ideológico-cultural”, articulado em função de interesses específicos, que tanto podem ser econômicos, quanto de classes que nele reconhece sua base territorial de reprodução.

Souza refere-se ao território como espaço de relações de poder, todavia não deixa de trabalhar com os aspectos relacionados à identidade e as mais variadas interrelações existentes entre o território e o grupo social que ali se identifica.

Para isso utiliza de simbologias e aspectos culturais que podem ser considerados como aspectos que os relacionam a materialidade do lugar, trazendo assim uma ponte de valores que identificam as pessoas com o território, tal identidade territorial propiciará uma incorporação destes a defesa de seu território.

O território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Essa multiplicidade territorial, marcada de forma explícita, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes, são temáticas que envolvem o cotidiano de jovens e adolescentes, que podem, na escola, compreender tais dinâmicas socioespaciais.

Outro autor que trabalha com a abordagem territorial é Rogério Haesbaert que analisa o território em diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: Jurídico-política -- o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder sendo este em sua grande maioria exercida pelo Estado (poder político); Cultural -- prioriza a dimensão simbólica, onde o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômica — enfoca a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporando no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Haesbaert (2002) ainda identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios rede e os aglomerados de exclusão. Nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas.

Outro autor que busca essa análise territorial é Saquet, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, Saquet considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. “A natureza está no território, é dele indissociável”.

O território vem assumindo um papel cada vez mais central no âmbito do discurso geográfico, contribuindo de modo significativo para a evolução do pensamento em torno da disciplina como um todo. Uma das preocupações mais recentes da Geografia é com a construção de uma conceituação de território que leve em consideração a ação de seus atores, o ser humano em sociedade, promotor de transformações na via do sistema econômico, da política e estabelecimento de instituições. No bojo deste modo de repensar o território há, também, a necessidade de se incluir a natureza enquanto uma de suas partes integrantes, mas, evitando-se cair numa redução do conceito a ecossistemas regidos por leis naturais.

Cada vez mais podemos perceber a complexidade deste conceito-chave para se alcançar a compreensão da dinâmica da sociedade, uma vez que esta materializa uma série de relações subjetivas no espaço.

Neste sentido o território nos é colocado como conteúdo, meio e processo (SAQUET, 2007) das relações sociais (alteridade) e das relações de exterioridade (homem-natureza), tela em que se desenvolve o tempo histórico e o tempo das simultaneidades.

Esta pesquisa procura apresentar a melhor compreensão sobre o conceito de território, não somente enquanto relações de poder, mas, sobretudo, enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural, associando às pesquisas dos autores, referindo-se as abordagens feitas a este conceito, passando desde embates por relações de poder até mudanças sócio-econômicas e culturais. Desta forma, buscou-se compreender o movimento que faz com que o território constitua o locus da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva.

Essa relação identidade-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento, o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa rede de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território. Associando a isto temos o meio de vivência desses alunos e a importância deste para a integralidade de um ensino que valoriza as experiências neste locus no individual e coletivo repleto de relações de poder que variam desde a escala local para a global.

Metodologia:

A metodologia adotada para maior compreensão das possibilidades e viabilidades do seguinte trabalho baseou-se primeiramente em pensar como poderíamos trabalhar um conceito de Geografia em sala de aula, empreitada nada fácil, pois devido às múltiplas abstrações conceituais com que nos deparamos, levou-nos uma maior busca teórica, onde verdadeiramente houve a necessidade de “beber em outras fontes”. Devido a isso não haver o enfoque em determinada definição, mas sim uma complementaridade dos vários teóricos que abordam a temática territorial.

Num segundo momento buscou-se analisar os livros didáticos trabalhados na rede oficial de ensino do Rio de Janeiro, tal análise fundamentou-se em como o conceito é apresentado, quais os enfoques etc. Já no terceiro momento foi feita a leitura dos parâmetros curriculares nacionais de Geografia.

Em relação à análise de livros didáticos distribuídos pelo PNL (programa nacional do livro didático), nas escolas do Rio de Janeiro temos uma série de livros analisados onde uma pequena minoria abordava o conceito de território e territorialidade tentando trazer uma

definição que clarificasse o entendimento dos alunos, e no caso supracitado ligado a idéia de Estado-Nação, (Almeida & Rigolin, 2009). Todavia não deixando de relacionar a territorialidade exercida pelos agentes econômicos, religiosos e sociais.

A busca pela integração dos conceitos e suas relações com os conteúdos curriculares de Geografia Geral e Geografia do Brasil para o Ensino Médio são extremamente relevantes, quando pensamos em uma disciplina que se baseia em conceitos interligados para maior compreensão de suas dinâmicas.

Para uma maior fundamentação teórica para a pesquisa, a busca nos parâmetros curriculares nacionais (PCN) de bases para o entendimento do que realmente deve ser trabalhado na ciência geográfica e sua importância social na formação de cidadãos foi bastante relevante.

Com isso a preocupação com um ensino mais integrado ganha destaque nos debates educacionais, orientando a construção e a materialização das propostas curriculares. Dentre essa mudanças em escala nacional temos a reforma do Ensino Médio tipificado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), sendo o último a ser publicado em 1999, os quais apresentam como eixo norteador a reorganização curricular baseada em uma integração e para isso palavras como interdisciplinaridade e contextualização fazem parte de todo o escopo do texto.

A reforma educacional do ensino médio pode ser entendida como uma reforma particular, com características resultantes do interesse atribuídos a esse nível de ensino na atual conjuntura social. Onde tais interesses estão intimamente relacionados entre o nível médio de ensino, o trabalho e o emprego, relacionada com a pretensão de formar alunos com conhecimentos mais complexos, não focalizados unicamente no ensino fundamental, um ensino integrado que vise o mercado de trabalho.

Na análise feita dos PCN de Geografia do ensino fundamental é perceptível uma valorização dos aspectos culturais (simbólicos) no território desvalorizando na maioria dos casos as relações de poder que são intrínsecas a esse território. Valorizou-se nos PCN uma das vertentes do território em detrimento de aspectos relacionados às questões políticas e econômicas.

Para uma maior compreensão de como o conceito de território foi trabalhado (ou simplesmente citado) em algumas coleções de livros didáticos utilizados nas escolas da rede oficial de ensino do estado Rio de Janeiro, foi feita uma seleção que valorizasse dentre outros fatores, uma diversidade autoral, no que tange até mesmo a formação acadêmica desses autores. Contudo para essa seleção foram escolhidas quatro coleções, todas sendo de Geografia Geral e do Brasil e volume único. As coleções são as seguintes “Geografia – Espaço e vivência” de Levon Boligian e Andressa Alves 1ª edição em 2004, “Geografia – Geral e do Brasil” de Lucia Marina de Almeida e Tércio Rigolin 1ª edição 2009, “Sociedade & Espaço- Geografia geral e do Brasil” de José Willian Vesentini 4ª edição 2005 e por fim a coleção de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira “Geografia Geral e do Brasil – Espaço Geográfico e Globalização” 2ª edição 2002.

A análise dos livros foi dividida da seguinte forma: 1) leitura específica do texto para a identificação do trabalho com o conceito de território; 2) conclusão geral sobre o tratamento dado ao conceito de território e sobre os conteúdos do volume.

O “livro –” Sociedade e Espaço—Geografia Geral e do Brasil”, de José Willian Vesentini, inicia ainda em sua introdução abordagem de conceitos como escala e região, o que sequencia também no início do capítulo 01, ao tratar do conceito fundante da Geografia o Espaço Geográfico, fazendo isso de maneira bastante adequada, utilizando o conceito base, como contexto para o desdobramento de processos como o de industrialização, globalização e a atual dinâmica do capitalismo.

Todavia o território na obra de Vesentini está estritamente vinculada ao conceito de Estado-Nação e localização. Como exemplo, no capítulo 02, página 30, quando aborda o tópico do surgimento dos Estados Nacionais “O Estado Nacional moderno ou Estado Nação, consiste basicamente num Estado que exerce soberania (dominação) sobre um certo território delimitado por fronteiras e afirma representar uma nação”, dando sequência tem-se outro fragmento do texto, que aborda a temática referente a construção das nacionalidades, “As nações modernas foram de fato uma construção, algo que em grande parte, foi imposto e construído de cima para baixo, por uma classe ou grupo, que se tornou vitoriosa num processo de lutas. Essas lutas unificaram regiões num território comum, submetido as mesmas às mesmas leis, e os habitantes de algumas áreas tiveram de aprender um novo idioma e professar um novo tipo de patriotismo ou nacionalismo”. Os aspectos culturais/simbólicos do território não são ressaltados, nem mesmo a territorialidade. Ainda que não tenha sido detectadas incorreções, conclui-se que o conceito de território é pouco explorado, tendo o autor priorizado o trabalho com o conceito de espaço geográfico, as relações homem-natureza e aos processos e fenômenos naturais.

A obra de Almeida & Rigolin “Geografia Geral e do Brasil”, em sua clara divisão em unidades é exposto ainda na unidade II, capítulo 15, algumas definições claras referentes ao conceito de Estado Nação e Nação, tratados no capítulo de forma distinta, além de abordar o conceito de território e territorialidade também de maneira distinta. Com uma definição de Nação e Estado Nação bem claras incrementadas com um citação de Milton Santos do livro “Por uma Geografia Nova” O Estado Nação é essencialmente formado de três elementos: o território, um povo e a soberania...”. Além disso utiliza um definição de território relacionando-o ao espaço geográfico, vindo este antes do território.

Contudo nessa busca por definições, associa soberania à territorialidade como se ambos tratassem da mesma questão. Todavia os autores almejam incessantemente uma relação entre todos esses conceitos.

Outro exemplo é apresentado no capítulo 18 que têm como título –“Oriente Médio: Território e territorialidade”-, onde é possível perceber que o conceito de território é apresentado sob nova forma, tornando-se repleto de características locais e físicas (naturais). Em um dos tópicos do capítulo supracitado, que têm por subtítulo –“Conflitos pelo território: a territorialidade” aborda-se de maneira contundente a questão palestina e a criação do Estado de Israel em 1948, apresentando os curdos como representantes da maior etnia sem território do mundo, logo após utilizam a seguinte frase – “Outros exemplos de luta pela territorialidade no Oriente Médio são o fundamentalismo islâmico (denominada territorialidade político-religiosa) e as transnacionais do petróleo controladas pelos EUA e por países europeus que aí exercem uma territorialidade econômica.

No capítulo 19 –“A formação do território brasileiro”- o enfoque é estritamente na formação territorial vinculado ao Estado-Nação, relacionada à formação territorial e atual configuração territorial. Seguindo logo no capítulo 20 –“ O território brasileiro: posição geográfica e territorialidade”- vincula-se novamente a territorialidade no sentido de soberania política sobre o território nacional, além de abordar conceitos como segurança nacional e soberania em nenhum momento observou-se a relação destes como o conceito de território que de maneira tão explícita é tratado (ou melhor citado de maneira pontual e desconexa), em muitos capítulos do livro.

Outra obra analisada foi o livro de volume único –“Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização” de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, nesta obra composto por 07 unidades é perceptível ainda na análise do sumário o não interesse pela base conceitual. Onde esses autores simplesmente ignoraram a base conceitual da Geografia, para isto vejamos alguns exemplos, na Unidade II, cujo título é – “Industrialização e Geopolítica”-

não se trabalha sequer com o conceito de Estado-nação, constatou-se a ausência de conteúdos permeados pelo conceito de território.

Na Unidade I, intitulada – Capitalismo: O sistema econômico que mais modelou o Espaço Geográfico – parece-nos ao menos que o conceito supracitado no título terá algum destaque, entretanto isso não ocorre, o enfoque dos autores se dará basicamente em torno das origens do capitalismo, o conceito de subdesenvolvimento, geopolítica do pós-guerra e por fim a nova ordem mundial. Em vias de conclusão, esse formato de obra, impossibilita o entendimento dos conceitos básicos da ciência geográfica, prejudicando o processo de aprendizagem e o interesse desses alunos.

O livro –“Geografia: Espaço e vivência”- de autoria de Levon Boligian e Andressa Alves em relação conteúdo analisado nos livros selecionados conclui-se que somente nesta obra existe um empenho maior dos autores em desenvolver conteúdos baseados no conceito de território. Nos outros exemplares, esse conceito surge de maneira incipiente e pontual.

Desde o sumário da obra é clara a presença de conceitos como o de lugar, paisagem, espaço geográfico, escala, região e território. Na unidade VI, -“O espaço Geográfico brasileiro” é abordado o conceito de Estado-Nação, relacionando ao conceito de território e espaço geográfico, além de tratar de temáticas como o Estado e a gestão do território nacional no século XXI, em sequência trata das regionalizações oficiais, a ocupação do território e as marcas nas paisagens brasileiras. Ou seja, a obra Espaço e vivência foi a que de todas já citadas teve a preocupação em valorizar os conceitos bases da Geografia, não só citando e/ou definindo, mas relacionando os conceitos de forma bastante articulada o que é demonstrado na leitura dos capítulos da obra e Alves e Boligian.

Privilegiou-se, na maioria das obras, o trabalho com os conceitos de espaço geográfico e paisagem, assim como a noção de regionalização. Na realidade, detectou-se um trabalho concentrado a respeito do conceito de território na obra de Alves e Boligian, característica esta que demonstra, um planejamento descontínuo de apresentação dos conteúdos conceituais na maioria das obras aqui apresentadas, não somente com relação ao conceito de território, mas aos demais conceitos básicos da Geografia. Outro aspecto importante refere-se ao predomínio de uma abordagem político-econômica, que, de maneira geral, permeou o conceito de território apresentado nas quatro coleções.

Neste sentido, é explícito a ausência de um cuidado dos autores dos livros em apoiar-se nos PCN de Geografia, os quais apóiam-se, em uma proposta teórico-metodológica plural de ensino.

Conclusões parciais:

A elaboração de uma metodologia eficaz na transposição dos conhecimentos adquiridos na academia, utilizando-se de conteúdos por muitas vezes abordados, porém de difícil compreensão, principalmente quando os receptores são alunos do ensino básico (fundamental e médio) é com certeza algo fundamental, quando pensamos no ensino da ciência geográfica. Utilizando-se da linguagem geográfica e sua relação com a vivência particular desses alunos, é algo bastante relevante podendo ser considerado como uma fonte de explicações para as dificuldades que tais possam vir a ter na compreensão dos conceitos da geografia.

Neste sentido a busca por uma metodologia para a transposição dos conhecimentos adquiridos na academia é com certeza algo inerente na atualidade, e a necessidade de uma busca por um raciocínio geográfico partindo de um olhar crítico da realidade são fatores que proporcionarão um aprofundamento no processo de aprendizagem, e para isso o entendimento do conceito de território é fundamental para esses alunos, pois facilitará o entendimento de muitas outras abordagens geográficas, como por exemplo, o estudo do território brasileiro, os conflitos mundiais, a idéia de Estado-nação etc.

Obviamente que para pensarmos em trabalhar as multiplicidades do conceito de território serão necessárias novas metodologias, onde o intuito não é trabalhar com os teóricos que abordam a temática territorial na escola, mas relacionar através de uma metodologia específica a importância deste conceito na ciência geográfica e no ensino de geografia no ensino básico propriamente dito.

Bibliografia de referência

BRASIL, Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 4 v. 1999. (Acessível em www.mec.gov.br).

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, CALLAI, Helena C., KAERCHER, Nestor A. Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre Artmed, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT. Rogério, O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. RJ, Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. Currículo sem fronteiras. vol. 5, n. 2, jul/dez, 2005, p. 50-64. Acessível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>

MORIN. Edgard, Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo : Ed Cortez, 2000.

MORIN. Edgard, A cabeça bem feita : repensar a reforma-reformar o pensamento, 15º edição. Bertrand Brasil, 2008.

PASSINI, Elza Yasuko. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. Ed. Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo, EDUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

VESENTINNI. José William, Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.

Livros Didáticos:

VESENTINI, José William. Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil-44ª edição. São Paulo, Ática, 2005.

SENE, Eustáquio de. Moreira, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil: espaço Geográfico e globalização- São Paulo Ed. Scipione, 2002.

BOLIGIAN, Levon. ALVES BOLIGIAN, Andressa Turcatel. Geografia : espaço e vivência, São Paulo- Ed. Atual, 2004.

ALMEIDA, Lucia Marina Alves de. RIGOLIN, Tércio. Geografia: Geografia Geral e do Brasil- 1ª Edição, Ed. Ática, 2005.